

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Ministro de Estado da Cultura

Roberto João Pereira Freire

Secretário da Economia da Cultura

Mansur Bassit

**Diretora do Departamento
de Estratégia Produtiva**

Ana Letícia Fialho

**Diretor Interino do Departamento
de Sustentabilidade e Inovação**

Thalles Rodrigues de Siqueira

**Coordenador-geral de
Pesquisa e Novos Modelos**

Geraldo Horta

Equipe Técnica

Andrey do Amaral dos Santos, Luana Pires

Micaele Pinheiro dos Santos Nascimento,

Tiago Rocha Gonçalves de Canha

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Superior CEGOV

Ana Maria Pellini, Ario Zimmermann, José

Henrique Paim Fernandes, José Jorge Ro-

drigues Branco, José Luis Duarte Ribeiro,

Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel

Demarco, Fabiano Engelmann, Hélio

Henkin, Leandro Valiati, Lúcia Mury

Scalco, Luis Gustavo Mello Grohmann,

Marcelo Soares Pimenta, Marília Patta

Ramos, Vanessa Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza, Marco

Cepik

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS

© dos autores
1ª edição: 2015

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Fernando Preusser de Mattos

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Gabriel Thier, Tiago Oliveira Baldasso.

Capa: Liza Bastos Bischoff

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a
Administração Pública Federal são de exclusiva responsabilidade
dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos,
desde que citada a fonte.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C575 Ciência, identificação e tecnologias de governo [recurso eletrônico] / organizadoras
 Claudia Fonseca [e] Helena Machado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS
 /CEGOV, 2015.
 238 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Antropologia. 2. Política. 3. Direito. 4. Genética Forense. 5. Perícia Forense. 6.
Administração pública. 7. Ciência – Mecanismo de identificação civil e criminal –
Tecnologias de Governo. 8. Redes sócio-técnicas – Tecnologia de identificação civil e
criminal – Práticas burocrático-estatais – Administração pública. I. Fonseca, Cláudia.
II. Machado, Helena. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de
Estudos Internacionais sobre Governo. IV. Série.

CDU 572:35:343.98

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0507-2

APRESENTAÇÃO

CLAUDIA FONSECA

Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Doutorado em Antropologia Social da Universidad Nacional de San Martin. Seus interesses de pesquisa incluem parentesco, gênero, ciência e direito, com ênfase particular nos temas de direitos humanos e tecnologias de governo.

HELENA MACHADO

Doutorada em Sociologia (2003) pela Universidade do Minho. Investigadora-coordenadora no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Especialista em Estudos Sociais da Genética Forense, Biocidadania e Sociologia do Crime, lidera equipes financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC).

A presente coletânea teve como ponto de partida uma rede de pesquisa e cooperação bilateral Brasil-Portugal financiada pela CAPES-FCT e coordenada, no Brasil, por Claudia Fonseca (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGAS/UFRGS) e, em Portugal, por Helena Machado (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – CES). Do lado português, envolveu o Núcleo de Estudos sobre Ciência, Economia e Sociedade do CES, na linha de investigação em Estudos de Ciência e Tecnologia. Do lado brasileiro, centrou-se no Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) do Departamento de Antropologia Social – nas linhas de pesquisa “Antropologia da Ciência: Genética e Justiça” e “Práticas de governo, cultura e subjetividade” – e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.

Através de seminários e conferências organizados nos dois países, envolvendo pesquisadores sêniores, jovens investigadores e estudantes de pós-graduação, as equipes dos dois países desenvolveram intenso diálogo em torno de processos de coprodução entre ciência, mecanismos estatais de identificação e tecnologias de governo. Destacaram-se, nessas atividades, as áreas disciplinares de Sociologia e Antropologia. Porém, houve também a contribuição de analistas de muitas outras áreas disciplinares: Direito, Genética, Perícia Forense, Administração e Ciência Política¹.

(1) Entre os muitos colaboradores, queremos agradecer, em especial, a Taysa Schiocchet, Antonio Amorim, Rodrigo Garrido, Claudio Machado e Marco Cepik. O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV/UFRGS) também foi fundamental nessa interlocução, assim como para a edição do presente volume.

Em resultado das atividades conjuntas das duas equipes, o presente volume vem mapear e analisar as redes sociotécnicas das tecnologias de identificação civil e criminal e as práticas do aparelho burocrático-estatal de controle das populações no Brasil e em Portugal. Para tanto, esta coletânea procura localizar os atores e artefatos mobilizados por tecnologias e práticas estatais de identificação materializadas em arenas diversas: no uso de tecnologias genéticas para identificação criminal, no acionamento de redes de controle do acesso a direitos básicos de cidadania, no controle sanitário das populações, na investigação criminal e em práticas de vigilância de espaços públicos. Ao longo dos vários textos, interrogam-se imaginários de ordem social e perspectivam-se questões sociais, políticas e éticas associadas a interconexões entre subjetividades, configurações de cidadania, controle estatal das populações e práticas de governo.

1. A COPRODUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE IDENTIFICAÇÃO

A Parte I do presente volume, “Tecnologias de Identificação: Entidades Heterogêneas”, situa nosso estudo dentro do campo de Estudos da Ciência e Tecnologia (ECT). Inspiramo-nos, em particular, na teoria da “coprodução”, esboçada por Jasanoff (2004), que anuncia nossas principais preocupações analíticas. Por um lado, essa teoria reitera a abordagem simétrica típica dos ECT. Rejeitando todo reducionismo, rechaça as ideologias “realistas”, calcadas na divisão classificatória entre um mundo “natural” (com “leis da natureza”, fatos, objetividade, razão) e um mundo “social” (com cultura, valores, subjetividade, emoção). Nessa perspectiva, as “tecnologias de identificação” são criadas pela mobilização de atores tanto “materiais” (corpos, computadores, reagentes, manchas de sangue, documentos de papel) quanto “imateriais” (regimes morais, conhecimentos especializados, acordos políticos). Sem fórmulas preestabelecidas quanto à hierarquia das causas, e muito menos quanto à previsão das consequências, a análise concebe os produtos da tecnociência enquanto *agregados* de ingredientes heterogêneos incluindo “relações químicas tanto quanto legais, forças exercidas por átomos tanto quanto por empresas corporativas, assembleias fisiológicas tanto quanto políticas”² (LATOURET, 2005, p. 5).

Por outro lado, a teoria de coprodução explicita um tema que, conforme

(2) As traduções para o português de citações originalmente em língua estrangeira foram realizadas por Claudia Fonseca.

alguns críticos, cai frequentemente fora da mira dos estudos de ECT: a questão do poder. Propondo compreender como os “conhecimentos, *expertise*, práticas técnicas e objetos materiais moldam, sustentam, subvertem ou transformam relações de autoridade”, Jasanoff (2004, p. 4) coloca o “político” no cerne da análise. Entre outros objetos, interroga os processos de *state-making*, fitando as relações entre a produção de conhecimentos e as práticas de governo.

Em termos metodológicos, essa proposta dita uma abordagem ambiciosa que abarca identidades, instituições, discursos e representações. Porém, justamente porque esses elementos não são coisas fixas, só é possível analisá-los através das dinâmicas investidas na sua produção. Assim, atenções são dirigidas para a mobilização de atores heterogêneos agenciados para “estabilizar” os produtos da tecnociência. Também é preciso rastrear de que maneira esses produtos ganham inteligibilidade, garantindo – pela constituição de critérios e medidas standardizados – sua portabilidade através do tempo e das fronteiras geográficas. Finalmente, destacam-se as controvérsias travadas para conferir determinados significados e, em particular, legitimidade a essas inovações.

Os três textos dessa primeira parte do volume discutem os processos de coleta de informação “pessoal” junto às populações, seja para identificação civil ou criminal. Cada um trabalha, a seu modo, elementos da teoria de coprodução, revelando negociações políticas, filosofias de governo e economias morais de grande complexidade.

No primeiro artigo, Claudia Fonseca e Lúcia Scalco percorrem o caminho entre subjetividades individuais e aparatos institucionais da burocracia estatal, situando os documentos de identidade como infraestrutura tecnológica das múltiplas constituições do governo moderno³. Partindo dos documentos necessários para um cidadão desfrutar de serviços públicos e aceder aos benefícios de políticas sociais no Brasil, as autoras exploram as experiências sociais enredadas na malha administrativa estatal. A “biografia dos documentos”, construída através de narrativas, revela a maneira pela qual dramas amorosos e decisões domésticas se mesclam aos procedimentos da burocracia estatal para produzirem uma sensação particular de pertencimento cidadão. Aqui, torna-se aparente que subjetividades não se localizam “dentro” de um universo fixo de sentido. São, antes, produzidas numa dinâmica complexa e nem sempre previsível, envolvendo aparatos organizacionais, materialidades e interações cotidianas que conectam um conjunto heterogêneo de atores – de corpos a computadores, de planejadores a endereços residenciais, de funcionários da burocracia estatal a anúncios de jornal.

No segundo capítulo, Helena Machado abre a discussão para a identificação criminal, o surgimento de um novo contingente de especialistas em genética

(3) Ver também Vianna (2013).

forense e a transnacionalização dessa *expertise*. Ao abordar a questão criminal, abre um ponto particularmente sensível para os debates nos ECT. A proposta de uma abordagem “simétrica”, que existe, pelo menos, desde o início dos anos 1990 (LATOURE, 1994), é hoje amplamente abraçada por pesquisadores nessa área. Essa abordagem, em princípio, rejeita qualquer perspectiva “essencialista” – que venha das ciências exatas (e.g., determinismo biológico) ou das ciências sociais (e.g. construtivismo social) (LATOURE, 1994, 2005; GOODMAN; HEATH; LINDEE, 2003; JASANOFF, 2004). Entretanto, o repúdio a diferentes versões de “sociologismo” parece esvaecer-se quando se entra na temática da criminalidade. Não obstante a recente revitalização, entre geneticistas, do interesse pelos aspectos sociais do comportamento criminal, não houve abertura análoga entre cientistas sociais.

Machado enfrenta esse desafio adentrando a transnacionalização das tecnologias de combate ao “terrorismo e criminalidade organizada”, e refletindo sobre os efeitos do compartilhamento entre países de bases de dados genéticos para a suspeição criminal. A autora segue as diversas controvérsias envolvidas na “genetização” dos estudos do comportamento criminal – da crescente legitimidade de uma classe de especialistas convocada a encontrar soluções “mágicas” para diminuir as taxas de criminalidade, aos tratados internacionais cunhados para garantir a inteligibilidade e a portabilidade das tecnologias de suporte. Apelando ao conceito de biossocialidade, levanta questões sobre possíveis reconfigurações de bioidentidade, e comenta a timidez dos estudos sociais da ciência e tecnologia que têm reproduzido, “de modo acrítico”, a separação entre a genética forense e a genética médica.

A reflexão sobre o processamento e a circulação transfronteiriça de larga escala de dados pessoais no contexto de informação depositada em biobancos médicos e bancos de dados genéticos forenses é retomada, no terceiro capítulo, por Helena Machado, Bruno Alves e Susana Silva. Ambicionando mapear os regimes morais e as modalidades de participação pública implicadas nos chamados “biobancos solidários”, a análise dos autores explora os entrecruzamentos potenciais entre os aspectos civis e criminais desse novo “paradigma molecular-digital”. A justaposição de biobancos médicos, que pautam a investigação epidemiológica e fornecem subsídios para políticas de saúde pública, e os biobancos forenses, cunhados para identificação criminal, produz reflexões instigantes sobre as conexões entre ciência pública e empresas privadas. Também joga luz nova sobre a regulação de inovações tecnológicas enredadas na tensão entre, por um lado, direitos individuais e coletivos (privacidade, autodeterminação e dignidade) e, por outro, escolhas políticas e sociais envolvendo determinadas filosofias de governo.

Enfim, a originalidade apontada nessa primeira parte é a proposta de levar a sério o caráter heterogêneo das tecnologias de identificação, aproximando temas tratados normalmente em análises distintas – burocracia e emoção cidadã,

identificação civil e criminal, tecnologias médicas e policiais. Sugerimos que juntar elementos e temáticas frequentemente tratados como mutuamente antagônicos, traçando as conexões entre eles, é imprescindível para a superação das antigas dicotomias (do mundo “natural” *versus* mundo “social”, tecnologismo ou sociologismo, etc.) e a abertura de novas vias de reflexão.

2. PRÁTICAS DE GOVERNO

Na Parte II deste volume, “Etnografando Práticas de Governo”, nosso propósito é trazer estudos empíricos realizados no contexto brasileiro para sublinhar as conexões entre política e tecnologia. Aqui nos atemos a tecnologias clássicas de identificação de populações e indivíduos: censos e documentos, calcados em sistemas administrativos, legislação e práticas burocráticas. Nosso uso de “tecnologias de governo” se inspira na ideia de *gouvernementalité* proposta pelo filósofo Michel Foucault e amplamente desenvolvida nas suas palestras proferidas no Collège de France (1978-1979). O termo abrange mecanismos e racionalidades políticas e estatais que administram e regulam populações, mas que, simultaneamente, convocam “mentalidades” e subjetividades, convidando o próprio sujeito, sob a tônica da “autonomia”, a participar ativamente na gestão e administração de poder. Falar de tecnologias de governo implica, na nossa ótica, entranhar a constituição do sujeito na própria formação do Estado. Tecnologias de governo são, assim, na perspectiva dos trabalhos reunidos nesta coletânea, formas de intervenção orquestradas através de um agregado de forças (legais, profissionais, administrativas, orçamentárias), técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme determinados critérios.

Contudo, através da abordagem etnográfica, pretendemos incorporar na análise elementos que, na avaliação de certos observadores (FASSIN, 2009), são pouco desenvolvidos nos escritos de Foucault. Em primeiro lugar, um estudo dirigido às práticas e narrativas de cidadãos comuns permite olhar além das regras do jogo (a “arte de governo”) para a “ginga” das práticas – com especial atenção aos valores e emoções em jogo. O estudo de Denise Fagundes Jardim sobre imigrantes haitianas grávidas, navegando entre chás de fraldas e fichas de saúde, descreve de forma exemplar os processos dinâmicos e as práticas imprevistas enredados nas tecnologias estatais. Nesse capítulo, vemos como a maquinaria de Estado, através de seus dispositivos administrativos, produz tanto os instrumentos para a localização das imigrantes, como as “linhas de sombra” que as tornam “invisíveis”; tanto

a sensação de controle quanto a lógica dos sumiços. Ou seja, a observação das práticas de governo revela um sistema muito mais heterogêneo do que as cartilhas da “arte de governar” levariam a crer.

Em segundo lugar, a etnografia fornece uma visão privilegiada do poder diferenciador das tecnologias de governo. Como sugere Fassin (2009), os conhecimentos e as intervenções do moderno governo não só “normalizam” as pessoas, mas também conferem valores díspares à qualidade e à quantidade de suas vidas. O capítulo de Glaucia Maricato fornece um exemplo desta produção de “bio-desigualdades”. Vemos aqui como durante boa parte do século XX as políticas higienistas do governo brasileiro ditaram o isolamento compulsório de “leprosos”, privando os pacientes de liberdade e convivência familiar. Em 2007, foi promulgada uma lei reconhecendo a responsabilidade do Estado pela violação destes “atingidos de hanseníase”, e garantindo direito a reparação em forma de uma pensão vitalícia. Maricato mostra como, na implementação desse direito, a lei é performatizada através de uma série de mediadores – documentos institucionais, depoimentos orais, diagnósticos médicos, textos legais, *expertises*, paixões militantes –, acionados para determinar exatamente quem deve e quem não deve receber a pensão. Aqui não só a identidade individual se torna uma peça central – a ser comprovada –, mas o próprio corpo, sofredor de determinado tipo de hanseníase, é mobilizado para distinguir entre a parte merecedora da população e o resto.

Em terceiro lugar, a etnografia das práticas de governo evita aplicações simplistas da noção de governamentalidade, sublinhando a heterogeneidade dos espaços do próprio Estado e apontando para dinâmicas nada unidirecionais. Patrice Schuch, no seu capítulo sobre o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), se endereça às maneiras como o Estado tenta conferir *legibilidade* às práticas de seus cidadãos, patrocinando contagens censitárias, promovendo reuniões, publicando cartilhas. Aqui, as estatísticas forjadas por iniciativa do aparato estatal parecem, tal como reza a teoria da biopolítica, “mapas abreviados” que simplificam a realidade. Contudo, a pesquisa etnográfica revela como esses instrumentos de legibilidade também são “colonizáveis” por lutas sociais em articulação com outros elementos (o Ministério Público, por exemplo) desse mesmo aparato. Ao descrever a interação dos participantes do MNPR com as diferentes tentativas de intervenção – ora resistindo, ora apoiando, ora deslocando os objetivos em benefício próprio ou do movimento – Schuch argumenta, de forma convincente, que existem variados “modos de habitar” os instrumentos e as categorias propostas pelas autoridades públicas. A partir das múltiplas táticas interativas, descobrimos novas formas de inscrição política realizadas não só *contra* o Estado, mas também *a partir* dele.

3. NOVOS REGIMES DE ORDEM SOCIAL

A Parte III da coletânea, “Novos Regimes de Ordem Social”, engloba quatro trabalhos que exploram as práticas e os discursos de atores sociais que trabalham em questões de criminalidade, segurança pública e justiça. De novo, aqui, a obstinada indeterminação analítica que desafia pressupostos *a priori* (sobre grupos, ações, motivações, ou julgamentos) se apoia num método de investigação calcado na observação atenta a acontecimentos empíricos ocorrendo em condições particulares. Mas nestes textos, focados em grande medida nos especialistas e na sua *expertise*, e nos discursos políticos que circundam as tecnologias em segurança pública, as pistas metodológicas e teórico-analíticas se ampliam, seguindo os moldes da etnografia multissituada (MARCUS, 1995).

No lugar de uma etnografia convencional, prossegue-se uma etnografia que percorre múltiplos contextos de observação que desafiam e ultrapassam dicotomias rígidas entre local e global. Atendendo aos temas tratados nestes textos, a etnografia multissituada permite captar de que forma culturas, práticas e saberes de carácter local se transfiguram em conexões de sentido transnacionais, dotadas de significados culturais, partilhados num espectro mais vasto, relativos à construção social do medo do crime e (in)segurança, do suspeito criminal e acerca dos modos como a disseminação e a utilização das tecnologias de DNA se traduzem em transformações, contingências e adaptações nos sistemas de justiça criminal.

Os três primeiros textos desta seção partem de uma perspectiva alicerçada no idioma da coprodução de artefatos científicos e tecnológicos, indagando acerca dos modos como as tecnologias de DNA adquirem agência na modelação identitária e institucional decorrente das práticas e dos conhecimentos “situados” da rede de atores associados à mobilização da prova de DNA durante inquéritos criminais. Por fim, o último texto associa-se à coprodução entre tecnologia de vigilância, discursos políticos e narrativas em torno do tema da segurança pública.

Explorando os sentidos subjetivos e as representações construídas em torno dos usos da genética forense para efeitos de investigação criminal e do processo penal, o primeiro capítulo, de autoria de Filipe Santos, analisa as narrativas de vários atores do sistema de justiça criminal português. Considerando as perspectivas de magistrados, investigadores criminais, advogados e peritos forenses, Santos mostra como os entrevistados expressam certa ambiguidade entre a maximização do valor e da certeza da prova de DNA e as incertezas associadas à sua produção e interpretação. O autor desvenda as tensões produzidas entre a promessa das tecnologias de DNA neutralizarem as avaliações discricionárias dos atuais sistemas de justiça criminal e a persistente construção de “suspeitos prováveis” selecionados mediante categorias subjetivas.

O segundo capítulo desta última parte do volume explora as narrativas de especialistas, em torno da lei que criou, no Brasil, um banco de dados genéticos para fins de investigação criminal. Vitor Richter socorre-se da noção de controvérsia e de flexibilidade interpretativa para descortinar os processos através dos quais os diferentes atores envolvidos tecem associações entre ciência, tecnologia e “direitos”. Percorre, para atingir esse objetivo, as narrativas que fazem parte dos debates sobre a tecnologia de bancos de perfis genéticos e suas implicações para a garantia ou a ameaça de direitos constitucionais e humanos no cenário técnico-legal brasileiro. O autor encara o processo de expansão desses bancos de perfis genéticos como um espaço para a formulação e a reformulação de “problemas antropológicos” (RABINOW, 2005). Descreve, assim, as lógicas pelas quais o uso da biotecnologia na persecução criminal define novos materiais, coletivos e relações, ao mesmo tempo em que mobiliza diferentes sensibilidades e práticas de justiça, práticas forenses, políticas de segurança e concepções sobre cidadania.

Ainda na temática da utilização de tecnologias de DNA e bancos de dados genéticos na investigação criminal, o capítulo de Susana Costa questiona de que forma, num novo panorama de criação de maior cientificidade na investigação criminal, as polícias surgem como um ator de charneira entre a ciência e a justiça. A autora explora as representações sociais sobre o papel da tecnologia de DNA e os constrangimentos ao trabalho policial no Reino Unido e em Portugal através da análise de um conjunto de entrevistas a policiais nos dois países. Costa analisa, nesse contexto, algumas modalidades de tensões locais criadas pela tecnologia de DNA em sociedades e culturas com diferentes histórias de governo, de ciência e tecnologia, de regulação das práticas de investigação criminal e de produção de prova em tribunal. Embora na presença de uma tecnologia que se globaliza, é possível encontrar contingências locais associadas ao fato de, em diferentes países, existirem ordenamentos jurídicos com características específicas. Esse aspecto remete para o conceito de biolegalidade, proposto por Lynch e McNally (2009) para se referirem à coprodução da biotecnologia e de legislação no contexto da justiça criminal, da qual resultam efeitos híbridos e complexos de adequação da genética às necessidades e constrangimentos do sistema jurídico-legal. Não obstante as diferenças que Costa encontra nas narrativas de policiais ingleses e portugueses, a autora constata que, mais do que práticas científicas, prevalecem orientações socioculturais individuais dos atores que intercedem na cena do crime. Essas dinâmicas surgem fortemente marcadas por um entendimento discricionário e situacional que os policiais fazem de cada caso criminal.

O último trabalho incorporado nesta coletânea, de autoria de Catarina Frois, foca as relações de poder e processos sociais ligados à videovigilância no espaço público, tentando perceber se essa tecnologia será o dispositivo mais adequado para garantir a segurança coletiva, sobretudo no caso de Portugal, onde

os sentimentos de medo e de insegurança estão mais relacionados com a atual conjuntura econômica e política do que com problemas de criminalidade. “Nada a temer, nada a esconder” tem vindo a transformar-se num mote que justifica a utilização de meios tecnológicos utilizados de forma discricionária, sem consentimento, e, acima de tudo, sem conhecimento dos visados: os cidadãos que estão constantemente a ser “protegidos” de perigos reais ou imaginados. Frois desconstrói o discurso político em torno do combate à criminalidade expondo, por via de uma análise das vozes populares em torno da insegurança, os reais receios da população em geral, muito mais vinculados quando se trata de vulnerabilidades como desemprego, pobreza e recessão econômica.

De certa forma, este livro reflete o espírito experimental típico dos estudos da ciência e tecnologia. A ambição analítica de borrar fronteiras, que não se conforma às dicotomias ordenadoras dos estudos convencionais (nós/eles, natureza/cultura, etc.), cria uma espécie de “terceiro espaço” de permanente desestabilização (FISCHER, 2003). O foco nas tecnologias de identificação coproduzidas nas travessias entre conhecimento científico, inovações tecnológicas, discursos midiáticos e práticas de governo obrigou os pesquisadores a seguir uma rota metodológica aberta. Ficou evidente nesse processo como os fenômenos da ciência, da tecnologia e do aparato estatal se materializam de forma variável conforme as circunstâncias, engajando particulares categorias naturalizantes, relações de poder, hierarquias sociais, formas de cidadania e outras construções políticas.

A complexidade de nossa problemática se manifesta já nas análises etnográficas de práticas, situações e pessoas envolvidas na identificação civil. Porém, quando adentramos as áreas de identificação criminal e combate à criminalidade que subjazem “novos” e “velhos” regimes de ordem social, essa complexidade se manifesta mais do que nunca, suscitando reflexões sobre aspectos éticos e políticos não só da ciência, mas do procedimento do próprio analista. Com o intuito de evitar falsas pistas (com as quais estaríamos reerguendo as dicotomias que propusemos minar), rechaçamos conclusões fechadas. Comparamos (em vez de opormos) as tecnologias de identificação civil e criminal. Esmiuçamos as mediações envolvidas na sua produção e implementação (em vez de condená-las ou elogiá-las), e descrevemos as controvérsias que afloram nos debates que acompanham essas inovações (em vez de receitarmos “soluções”). Com certeza, ainda há muito a aprofundar, mas nosso programa de pesquisa foi lançado e o convite estendido aos leitores deste volume a se tornarem futuros colaboradores.

REFERÊNCIAS

FASSIN, Didier. Another politics of life is possible. **Theory, culture & society**, Londres, v. 29, p. 44-60, 2009.

FISCHER, Michael. **Emergent forms of life and the anthropological voice**. Durham: Duke University Press, 2003.

GOODMAN, Alan, HEATH, Debora; LINDEE, M. Susan (Orgs.). **Genetic Nature/Culture: Anthropology and science beyond the two-culture divide**. Berkeley: University of California Press, 2003.

JASANOFF, Sheila. **States of knowledge: the co-production of science and social order**. New York: Routledge, 2004.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LYNCH, Michael; MCNALLY, Ruth. Forensic DNA Databases and Biogality: The Co-production of Law, Surveillance Technology and Suspect Bodies. In: ATKINSON, Paul; GASLEN, Peter; LOCK, Margaret (Orgs.). **The Handbook of Genetics and Society**. Mapping the New Genomic Era. London/New York: Routledge, 2009. p. 283-301.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world's system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.

RABINOW, Paul. Midst Anthropology's Problems. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen (Orgs.). **Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 40-53.

VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: _____. (Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: LACED/e-papers, 2013.